

**EDUCAÇÃO POLÍTICA E “LITERATURA DA PRÁXIS” EM
RELATOS DE VIAGEM À URSS NOS PRIMEIROS ANOS DA
GUERRA FRIA: DIMENSÕES DA CLANDESTINIDADE ENTRE O
TESTEMUNHO E O “PACTO AUTOBIOGRÁFICO”**

**Political education and “praxis literature” in travel writings to the
USSR in the early of the Cold War: dimensions of clandestinity
between testimony and “autobiographical pact”**

**Educación política y “literatura de praxis” en relatos de viaje a la
URSS en los primeros años de la Guerra Fría: dimensiones de la
clandestinidad entre el testimonio y el “pacto autobiográfico”**

Diego Orgel Dal Bosco Almeida¹

Resumo:

Este texto busca compreender os relatos de viagem à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) na primeira metade da década de 1950 como parte importante do conjunto de práticas educativas que se realizavam entre comunistas que atuaram na clandestinidade política. A partir do tema escolhido, é problematizada a relação entre educação, clandestinidade e cultura política, no caso dos relatos de militantes do PCB (Partido Comunista do Brasil) que frequentavam escolas de formação política na URSS, além das noções associadas à ideia de “pacto autobiográfico” e de testemunho para o caso dos escritores de literatura que detinham papel específico na educação comunista. Verifica-se que no início da década de 1950, muitos escritores assumiram o papel de disseminadores dos valores da cultura política comunista, orientados por um novo estatuto da literatura que procurava se associar às discussões de questões políticas e sociais que se voltavam à práxis e à transformação social. Analisa-se, ao final, o relato *As muralhas de Jericó*, de Josué Guimarães, a partir dos pressupostos desse novo estatuto da literatura entre fins dos anos 1940 e meados dos 1950.

Palavras-chave: Educação política. Relatos de viagem à URSS. “literatura da práxis”.

Abstract:

This text seeks understand the travel writings to the Soviet Union in the first half of the 1950's as important part of the set of educacional practices that were carried out who acted in political

clandestinity. Based on the chosen theme, the relationship between education, clandestinity and political culture is problematized, in the case of writings travel of PCB (Brazilian Communist Party) militants who attended political training schools in the Soviet Union, in addition to the notions associated with the idea of “autobiographical pact” and testimony for the case of literature writers who had a specific role in communist education. In the early 1950’s, many writers assumed the role of disseminators of the values of communist political culture, guided by a new statute of literature that sought to be associated with discussions of political and social issues that turned to praxis and social transformation. At the end, the travel writing *As muralhas de Jericó*, by Josué Guimarães, is analyzed, based on the assumptions of this new status of literature between the late 1940’s and mid 1950’s.

Keywords: Political education. Travel writings to the Soviet Union. “praxis literature”.

Resumen:

Este texto busca comprender relatos de viaje a la URSS (Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas) em la primera mitad de la década de 1950 como parte importante del conjunto de prácticas educativas que se realizaban entre los comunistas que actuaban em la clandestinidad política. A partir del tema escogido, se problematiza la relación entre educación, clandestinidad y cultura política, e nel caso de los relatos de militantes del PCB (Partido Comunista Brasileño) que asistieron a escuelas de formación política em la URSS, además de las nociones asociadas alaidea de “pacto autobiográfico” y testimonio para el caso de escritores de literatura que tuvieron um papel específico em la educación comunista. Em medio de la década de 1950, muchos escritores asumieron el papel de difusores de los valores de la cultura política comunista, guiado por um nuevo estatus de la literatura que buscaba asociarse a discusiones acerca de cuestiones políticas y sociales que se tornaban hacia la praxis y la transformación social. Al final, se analiza el relato *As muralhas de Jericó*, de Josué Guimarães, a partir de los fundamentos de este nuevo estatus de la literatura entre fines de la década de 1940 y mediados de la de 1950.

Palabras clave: Educación política. Relatos de viaje a la URSS. “literatura de praxis”.

Introdução

Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um contexto de rearranjo de poderes entre as potências mundiais. O mundo passava, então, a ser dividido entre dois blocos concorrentes: o comunista e o capitalista. O primeiro bloco, sob a liderança da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o segundo liderado pelos Estados Unidos da América (EUA). Assim, a disputa entre as duas potências, mesmo que houvesse a ameaça de um conflito armado, e até mesmo do uso de armas nucleares, configurou-se, sobretudo, nos campos da ideologia e da cultura. Instalava-se, desse modo, o período da chamada Guerra Fria (1945-1991), contexto que marcou profundamente todo o século XX, influenciando os rumos políticos nos diversos países. Do lado soviético, especialmente, ocorreu intenso trabalho de planejamento e organização de uma educação política em escolas preparatórias de quadros revolucionários na URSS e também uma orientação que se realizava de modo mais difuso e que influenciou o campo da produção cultural em diversos países.

Na primeira metade dos anos 1950, devido ao internacionalismo político que, de certa maneira, integrava os partidos comunistas ao redor do mundo, militantes de diversos países viajaram até a URSS com o objetivo de participar de escolas de preparação que serviam, entre outros motivos, para integrá-los aos quadros revolucionários. As viagens à URSS, contudo, não se resumiram às escolas de preparação dos partidos comunistas. No Brasil, por exemplo, além de militantes “oficiais” do PCB (Partido Comunista do Brasil), viajaram à URSS artistas e intelectuais, especificamente aqueles que detinham alguma projeção no campo da produção cultural. Considerando que o PCB, a partir do ano de 1947, encontrava-se na ilegalidade, a atuação de artistas, escritores e intelectuais tornou-se um instrumento bastante significativo e estratégico de educação política.

O contexto de disputas que marcou intensamente o século XX sublinhou, também, a história dos relatos de viagem de modo panorâmico. Foi no contexto das guerras mundiais e, posteriormente, tendo como pano de fundo o próprio cenário da Guerra Fria, que os relatos de viagem ganharam contornos eminentemente políticos. Os “relatos de viagem políticos” são um fenômeno do século XX, portanto profundamente marcados pelo cenário da Guerra Fria, (TÔRRES, 2019, p. 45).

No contexto brasileiro, após um período de relativa ascensão de alguns movimentos sociais, especialmente de movimentos grevistas, o governo de Eurico Gaspar Dutra criou o decreto-lei n.º 9070 (ALVES, 2015, p. 371). O decreto censurava o direito de greve. Em maio do mesmo ano, o PCB foi colocado na ilegalidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tendo obtido uma votação significativa entre os anos de 1945 a 1947, a ação do governo Dutra pode ser entendida como receio do crescimento eleitoral do partido, que havia eleito, em 1945, Luís Carlos Prestes como senador.

Com a ilegalidade, os comunistas brasileiros acabaram identificando a educação como um instrumento bastante significativo de atuação política. Era uma educação que se realizava clandestinamente e que formava os militantes para uma atuação política que também ocorria de modo clandestino. Uma “forma de resistência” que contou com a organização de “redes de educação clandestina”, fundamentais para garantir a “sobrevivência” do partido (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 13).

Militantes do PCB, a exemplo Hércules Correa e Osvaldo Peralva, foram alguns dos nomes que integraram as fileiras do partido no Brasil no período que vai da liderança de Josef Stálin à ascensão de Nikita Krushev no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) nos anos 1950. No retorno da viagem à URSS, esses militantes redigiram relatos buscando refletir sobre suas experiências de viagem. Com forte teor autobiográfico, esses relatos circularam no Brasil,

principalmente entre os militantes do PCB, servindo como instrumento de educação política (SILVEIRA; MORETTI, 2017, p. 196). A análise desses relatos, vale destacar, tem relação tanto com o período anterior à publicação das denúncias dos crimes e arbitrariedades cometidos por Stálin e pelo stalinismo, quanto depois, o que não deixou de incidir, é claro, sobre o teor dessas narrativas.

A adesão ao socialismo não se deu somente a partir de uma ligação mais “oficial” ao partido, como no caso de Osvaldo Peralva e Hércules Corrêa, bem como de outros militantes e lideranças que já detinham projeção no PCB. Havia também outro grupo de comunistas que poderia ou não estar ligado “oficialmente” às fileiras do partido: os intelectuais, especialmente os escritores de literatura. Nomes já reconhecidos na época como Jorge Amado e Graciliano Ramos e outros menos, como Josué Guimarães, podem ser considerados alguns dos exemplos significativos desse tipo de atuação. A existência na ilegalidade empurrou a atuação política a outros espaços e canais, a literatura foi um deles.

O objetivo principal deste texto é o de compreender os relatos de viagem à URSS, especialmente durante a primeira metade dos anos 1950, como parte integrante do conjunto de práticas educativas realizadas entre comunistas que atuaram na clandestinidade política. Com a temática escolhida, problematiza-se as relações entre educação, clandestinidade e cultura política, especificamente para o caso dos relatos de militantes e líderes políticos do PCB que participaram das escolas de formação política na URSS.

No que toca os relatos de autoria de escritores de literatura brasileiros, problematiza-se, principalmente, a noção de “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 2014) e sua relação com a ideia de testemunho. Destaca-se que durante a primeira metade da década de 1950 muitos escritores assumiram um papel importante como disseminadores de valores ligados à cultura política comunista (MOTTA, 2013). Eles se orientavam por um novo estatuto da literatura que procurava se associar às discussões de questões coletivas dirigidas à mudança social, ou seja, que se voltavam à práxis e à transformação social. O que foi sintetizado por Jean Paul Sartre (2004) como “literatura da práxis”.

A reflexão divide-se em três partes complementares. Na primeira, aborda-se o teor de relatos de militantes e suas experiências nas “escolas de formação” na URSS. A mobilização teórica ocorre através dos conceitos de clandestinidade, educação e cultura política comunista (SILVEIRA; ALMEIDA, 2021). Utiliza-se, especialmente na primeira parte, um conjunto de referenciais publicados mais recentemente, entre 2016 e 2021 (SILVEIRA, 2016; SILVEIRA; MORETTI, 2017; OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017; SILVEIRA; ALMEIDA, 2021).

Já na segunda parte, apresenta-se um panorama do contexto intelectual e literário no Brasil, além de algumas influências externas, com o intuito de compreender como, afinal, um novo estatuto da literatura, associado a questões de cunho social e político, bem como à ideia de literatura como práxis (SARTRE, 1994), influenciou a produção dos relatos de viagem à URSS de autoria de escritores brasileiros. Problematiza-se, nessa parte, a noção de “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 2014) e suas possíveis associações à ideia de testemunho em um contexto de clandestinidade política vivida pelos escritores brasileiros (ALMEIDA, 2021). Ao final da reflexão, lançam-se algumas notas sobre o relato de viagem *As muralhas de Jericó*, de autoria de Josué Guimarães (GUIMARÃES, 2001), trazendo para a discussão as diferentes e possíveis dimensões da clandestinidade, além da literatura como um importante instrumento de educação política.

As memórias de militantes do PCB em relatos de viagem à URSS: narrativas autobiográficas clandestinas sobre as “escolas de formação”

No Brasil, uma das principais consequências da polarização que marcou o período da Guerra Fria foi a repressão ao PCB e, posteriormente, ao PCdoB. Primeiro durante o regime do Estado Novo (1937-1945) e, depois, no período que interliga os anos 1950 ao contexto de fechamento instaurado com a ditadura militar (1964-1985), momento no qual as organizações políticas de oposição à ditadura foram fortemente reprimidas. Um dos efeitos do cerceamento e, posteriormente, da repressão foi, para os militantes do partido, a clandestinidade política. Tal condição exigiu dos militantes do PCB atuarem a partir de uma rede de educação política clandestina. Um sistema de educação que se realizava na e para a clandestinidade, de caráter internacional, que não se restringiu somente ao Brasil.

Durante o período da Guerra Fria, a educação, para os comunistas na clandestinidade, detinha diferentes funções nas fileiras do PCB e do PCdoB. Se, por um lado, destinava-se a todo militante, por outro, teve a função de preparar “quadros revolucionários ou profissionais” ou também denominados de “altos quadros” partidários. Nesse sentido, o internacionalismo político dos partidos comunistas teve um papel fundamental na integração de militantes nos diversos países. Caracterizando-se, sobretudo, como “[...] um compromisso subjetivo antes de ser uma orientação política” (ROUSSET, 2009, p. 204), foi tanto responsável pela articulação dessa rede de educação clandestina, quanto também fazia parte dela não apenas em seus sentidos políticos, mas também do ponto de vista das reflexões teóricas, de uma visão comum de mundo, de sociedade, de um conjunto de valores e crenças que poderia os identificar como um grupo. Nas

denominadas “Internacionais” e, especialmente, a partir do *Komintern* houve um amplo investimento na formação de militantes revolucionários e também de “[...] quadros dirigentes dos partidos comunistas que, diante de um trabalho de educação, deveriam transformar-se em partidos revolucionários” (SILVEIRA; MORETTI, 2017, p. 198).

As escolas ligadas ao *Komintern* eram as responsáveis por formar esses “quadros” que, dentre outros objetivos, visavam promover uma revolução mundial. Hércules Corrêa (1994) foi uma das lideranças do PCB que viajou à URSS. Narrou, em suas memórias, acerca do chamado “Curso Stalin”, uma espécie de curso preparatório que era realizado no Brasil e cuja proposta central era selecionar “alunos” que iriam para a União Soviética. O curso era organizado em um programa detalhado de aulas e tinha uma avaliação final. A obtenção de um bom conceito na avaliação seria o indicativo de que o militante poderia realizar a viagem. As “escolas” de formação eram, em realidade, cursos de formação política que se realizavam em diversos países. Contudo, os cursos considerados como “superiores” e, portanto, de maior prestígio, se realizavam na URSS.

As escolas do *Komintern* originaram-se em Lênin, quando, desde o início do século XX, passou a defender a ideia de que o Partido Comunista da União Soviética deveria formar “revolucionários profissionais”. Na publicação “Que fazer”, em 1902, destacou que a tomada do poder através de uma Revolução não se daria apenas através da consequência de um processo econômico. Ela dependeria fortemente da disposição e atuação de um Partido Revolucionário, solidamente organizado e dirigido por revolucionários profissionais (SILVEIRA, 2016, p. 146).

Para Branko Lazitch (1965, p. 223), um dos autores considerados como referência no trabalho de pesquisa de Éder da Silva Silveira (2016), o objetivo dessas escolas “[...] não era formar apenas ideologicamente os alunos, mas também, na prática, o de aprender como ser militante na ação cotidiana, como forjar um partido revolucionário”. Sobre as “Escolas para formação de Quadros Revolucionários”, Éder da Silva Silveira e Cheron Zanini Moretti (2017, p. 202) ressaltam que, entre os pesquisadores do tema no Brasil, não há consenso sobre quais seriam, afinal, as funções educativas dessa “formação”. Para o pesquisador Edvaldo Sotana (2006), por exemplo, os cursos ministrados em Moscou se enquadrariam entre os considerados superiores, porém, não faziam parte do conjunto de cursos do PCB no Brasil. Sotana (2006, p. 127) diz que um dos principais objetivos dos cursos era “formar indivíduos capazes de dirigir uma organização política clandestina e revolucionária”. Assim, os cursos não serviriam para “[...] aumentar a reflexão e nem aprimorar a capacidade intelectual do militante”. Contrapondo-se à interpretação de Sotana (2006), nas considerações de Silveira e Moretti (2017), pondera-se:

mesmo que os cursos formassem militantes partidários para se tornarem revolucionários, não se pode afirmar que os seus alunos não pudessem refletir sobre aquilo que aprendiam durante as aulas.

Em primeiro lugar, é preciso relativizar a ideia de curso superior para que não se caia em simples anacronismo. A palavra “superior” está ligada à profissionalização do comunista enquanto “revolucionário”. Numa organização política altamente hierarquizada como um partido comunista, esta “profissionalização” se dava, geralmente, através de cursos realizados na URSS e aliava diferentes conhecimentos teóricos e práticos [...] a formação teórica do militante era fundamental para a participação dos mesmos antes e depois da viagem (SILVEIRA; MORETTI, 2017, p. 202).

Ainda que os cursos fossem destinados à formação de militantes e lideranças de um “partido revolucionário”, uma análise mais detida do teor das memórias dos militantes que frequentaram os cursos de formação política na URSS indica que havia sim o objetivo de elevar o nível de reflexão e de aprimorar teoricamente sua visão política.

[...] como evidenciam alguns militantes em seus livros de memória ou autobiografias, tinha-se como um de seus objetivos, elevar o nível de reflexão e aprimoramento teórico dos militantes. Ocorre que, no período em que prevaleceu o “obreirismo”, militantes operários ou não intelectualizados podiam ser escolhidos em detrimento dos considerados mais “letrados” ou considerados “intelectuais” (SILVEIRA; MORETTI, 2017, p. 202-203).

No que diz respeito aos critérios de escolha daqueles que frequentariam ou não os cursos, é possível perceber os traços de uma cultura política que transcendia o partido e que foi fundamental para garantir a sobrevivência do grupo, ainda que sem um canal institucional legal, como no caso do Brasil a partir de 1947, quando o partido comunista passou para a ilegalidade. A cultura política comunista foi esse “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas” que se expressava a partir de uma “identidade coletiva” fornecendo, desse modo, “leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos futuros” (MOTTA, 2013, p. 18). Acerca dos valores dessa cultura, vale destacar um dito relativamente popular entre os seus militantes.

Na cultura partidária do PCB (Partido Comunista Brasileiro) circulava dito interessante, expressão metafórica das motivações que levariam as pessoas a aderirem ao movimento comunista. Segundo essa formulação, haveria três fontes que sensibilizariam os indivíduos favoravelmente ao comunismo, correspondente a órgãos do corpo humano: cérebro, estômago e coração. Alguns aderentes eram convencidos pelo cérebro, conquistados pela argumentação teórica e filosófica marxista; outros eram tangidos pelo estômago, ou seja, pelas necessidades materiais, a pobreza, e se identificavam com o comunismo na expectativa de verem sua situação social melhorar; já o terceiro grupo era tocado pelo

coração, quer dizer, sua aproximação com a esquerda devia-se a formação da sensibilidade (MOTTA, 2013, p. 18-19).

Esse dito popular, além de exemplo dos valores que, afinal, compunham a cultura política comunista, demonstra que as experiências com os cursos de formação poderiam se constituir de diferentes formas e não apenas no que diz respeito à formação de militante ou de dirigente partidário revolucionário. Isto é, a “força da sensibilidade”, a “necessidade de bens materiais” ou a “argumentação teórica e filosófica marxista” (MOTTA, 2013, p. 18-19) não foram caminhos que se excluíram. Ao contrário, eles poderiam ser combinados. Desse modo, a educação, para os comunistas, poderia ocorrer em diferentes espaços, em práticas sociais diversas e na própria militância política, bem como em cursos de formação dentro e fora do Brasil.

Para Amanda Assis Oliveira e Éder da Silva Silveira (2017, p. 21), os cursos de formação “poderiam durar poucos dias ou semanas [...] eram organizados em ‘aparelhos’ clandestinos com conteúdos programáticos específicos”. Os “aparelhos” se configuravam como um conjunto de medidas e lugares para a realização das atividades dos militantes em segurança. Diferentemente das chamadas “células”, foi nos “aparelhos” que ocorreu a atuação dos revolucionários profissionais. Isto é, aqueles ativistas que viviam “[...] exclusivamente do partido e para ele” (FERREIRA, 2002, p. 95).

As análises realizadas por Oliveira e Silveira (2017), constataram ainda que havia uma espécie de missão que levava os militantes brasileiros a realizarem cursos nas escolas de formação na URSS: estudavam para fazer a revolução no Brasil. Em geral, os enviados eram aqueles nos quais o PCB depositava grandes expectativas, já que comporiam quadros de comando tanto no partido quanto em uma eventual “revolução”. Por outro lado, as impressões anotadas, registradas na forma de uma autobiografia, nem sempre convergiam. Ao analisar os relatos de dois militantes, Osvaldo Peralva e Hércules Corrêa, foi possível para Oliveira e Silveira (2017) notar que a carga emocional e as subjetividades diferiam, o que resulta, nas suas análises, em pontos de vista diferentes e ao mesmo tempo complementares. Para Osvaldo Peralva, por exemplo, um dos objetivos dessas escolas de formação seria “[...] difundir toda a experiência revolucionária soviética e, dessa forma, fazer a revolução no próprio país através de uma disciplina específica: História do PCUS [...]” (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 26). Tratava-se de uma matéria que, para esse militante comunista brasileiro, ensinava a “arte da revolução”:

Em verdade, tratava-se aqui de transmitir-nos toda a experiência de lutas do PCUS, que participara de três revoluções – as três maiores revoluções do primeiro quartel deste século, no mundo: a de 1905-1907, a de fevereiro – março de 1917 e a de outubro – novembro também de 1917. Todas as particularidades da tática e da estratégia

empregadas nessas revoluções, todos os meios e formas de atrair, mobilizar e dirigir as massas trabalhadoras para as lutas insurrecionais, as características daquilo que Lênin chamava de situação revolucionária, a experiência dos erros cometidos tanto pelo PC como por outros partidos, nesses movimentos, enfim tudo isso que constituía a arte da revolução foi compendiado e ministrado em aulas para nós, através dessa cadeira: História do PCUS (PERALVA, 1962, p. 15-16).

Uma outra atividade dos cursos de formação política era viajar pela URSS, prática tratada como atividade complementar de estudos, conforme narrou Hércules Corrêa (1994, p. 26-27):

[...] o programa incluía uma visita a Stalingrado [...] recebemos uma preleção” por “[...] sermos clandestinos na União Soviética, que nossa estada ali não poderia tornar-se conhecida pelas forças imperialistas [...] Quem pensou que estávamos fazendo viagem de férias normal, enganou-se. Era, na verdade, uma complementação do curso. Em oito dias, por exemplo, teríamos apenas quatro horas para ir às compras...

Oswaldo Peralva compreendeu a viagem pela URSS de modo diferente. Teria sido, segundo ele, “[...] tão enfadonha quanto as aulas em Moscou, ou até pior...” (OLIVEIRA; SILVEIRA, 2017, p. 29). Segundo o que foi por ele narrado: “[...] nos sentíamos como feras enjauladas sendo exibidas através da Rússia e que, em face do regime nela vigente, nosso mosteiro parecia um paraíso perdido” (PERALVA, 1962, p. 55). Na comparação, é possível notar que ambos os militantes narraram aspectos dos mesmos cursos de maneiras diferentes. Ainda que os cursos não fossem dirigidos para a formação intelectual, como já colocado, não é possível afirmar, portanto, que os alunos não elaborassem reflexões suas experiências. Eles refletiram sobre o que aprenderam.

A educação, para os comunistas cujas trajetórias foram marcadas pela clandestinidade, não almejava tão somente a formação de militantes, mas consistia em uma articulação entre teoria e prática. Isto é, não era apenas prática e também não somente teoria. Ao associar os processos educativos que se realizavam nessas escolas de formação a certos conceitos de educação, é possível pensar com Freire (1988, p. 26), para quem a educação como práxis implica na “indivisibilidade” da ação e na reflexão sobre o mundo. Ou a partir daquilo que assevera Carlos Rodrigues Brandão (2002, p. 9), que considera a educação como uma “prática social” que se realiza tanto no desenvolvimento das “forças produtivas” das sociedades, quanto no desenvolvimento dos seus “valores culturais”. Ou, ainda, junto das premissas de Bárbara Freitag (1986), nas quais todos os processos educativos se expressam através de uma doutrina que comporta determinadas filosofias de vida e certas concepções de ser humano e de sociedade. Desse modo, a formação de militantes se realizava a partir da teoria e da prática marxista, através das quais se poderia chegar à revolução. À teoria se somavam os valores em comum, projetos

políticos de futuro e também visões comuns de passado, isto é, um conjunto de valores que fazia parte da cultura política comunista.

Outro elemento considerado fundamental para compreender as práticas educativas que se realizavam entre os comunistas na clandestinidade é o próprio termo “clandestino” e sua relação com a educação. Quando se trata dos cursos de formação e da educação política entre os comunistas, é preciso considerar que o militante clandestino precisava, de certa forma, reaprender a viver, a agir e a estar no mundo. Assim, qualquer ação, atitude, por mais banal que fosse, exigia de quem estava/era “clandestino”, um conjunto de ações, de estratégias.

A condição de clandestino é, por definição, cerceadora. Ao clandestino não estão disponíveis todas as escolhas. A restrição da disponibilidade de escolha é usual à condição humana, mas no caso dos clandestinos é forçosamente reduzida e mais ainda, condicionada dialeticamente. Mas ao militante clandestino, a mais banal das ações disponíveis a qualquer outro, requeria um minucioso conjunto de ações de segurança visando suas condições e as condições da organização a que pertencia (LACERDA FILHO, 2011, p. 17-18).

Como o conceito de clandestinidade envolve questões de ordem subjetiva, trata-se de uma condição que pode resultar em diferentes efeitos e significados para cada indivíduo que vive e atua na clandestinidade política. Para os casos dos militantes comunistas do PCB, por exemplo, as diferentes visões acerca do ser/estar “clandestino” aparecem nos relatos de suas viagens à URSS.

Por meio de uma escrita de teor autobiográfico, tanto Hércules Corrêa quanto Osvaldo Peralva narraram o que foi para cada um a condição de clandestinidade. Para Hércules Corrêa, ainda que houvesse restrições, ele afirma: “[...] atuávamos abertamente, ou melhor, apenas aqueles que não havia se tornado ratos da clandestinidade, viciados na vida em aparelhos, e que participavam de movimentos sociais, tais como sindicatos e associações”. E continua: “[...] concordávamos que não podíamos dizer a ninguém para onde estávamos indo, nem que nossa delegação compunha-se de um bando de comunistas. No resto, nos sentíamos liberados” (CORRÊA, 1994, p.11).

Essa ideia, relativamente mais aberta e crítica da clandestinidade, ou da condição de clandestino referente à própria disciplina partidária do PCB, foi encarada por Osvaldo Peralva de modo diverso: as lutas clandestinas dos militantes exigiriam uma disciplina “quase militar” (PERALVA, 1962, p. 18). Se por um lado teriam existido alguns espaços de liberdade, por outro, o rigor da disciplina também se configuraria como um traço dessas experiências na clandestinidade política.

A clandestinidade pode ser vista como um dos efeitos mais imediatos do cerceamento e da repressão sofridos pelo PCB depois de 1947. A clandestinidade exigiu dos militantes um conjunto de ações e estratégias de educação clandestina, ou seja, pode ser compreendida como um “conjunto de práticas sociais heterogêneas de formação, de resistência e de exclusão” que se constituem em uma “dialética tensão entre liberdade e opressão” sendo assim “práticas constituídas a partir de experiências individuais e coletivas da (in)visibilidade, da (i)legalidade e da (des)igualdade” (SILVEIRA; ALMEIDA, 2021, p. 15).

A formação de um sistema de educação na e para a clandestinidade cuja dimensão internacional deveu-se ao internacionalismo dos partidos comunistas, permitiu que militantes do PCB realizassem viagens à URSS com o objetivo de frequentar cursos, também chamados de “escolas”, que serviam para a formação política. As narrativas de suas experiências, em formato autobiográfico e em relatos de viagem, indicam as reflexões sobre o que foi por eles aprendido não apenas em termos de formação militante ou dirigente, mas também no que diz respeito à formação teórica, a reflexões sobre o próprio processo educativo. Com alto teor de subjetividade, são relatos de experiências individuais que remetem a dimensões mais amplas da vida social e política no cenário da Guerra Fria nos planos interno e externo e às condições de uma atuação política clandestina.

Os relatos de viagem de escritores: entre o “pacto autobiográfico” e a “literatura da práxis” a articulação do “testemunho da consciência histórica”

Não foram só os dirigentes de organizações de esquerda e de partidos comunistas que viajaram à URSS. Ao final da Segunda Guerra em 1945, com a vitória dos países aliados, incluindo a URSS, intelectuais brasileiros se aproximaram ideologicamente do comunismo “ganhando força o entendimento de que era seu dever lutar para a construção de uma sociedade mais igualitária [...]” (ARBEX, 2012, p. 14). Contribuiu para isso, no plano interno, o desmantelamento do regime do Estado Novo (1937-1945).

Pode-se dizer que o fim do Estado Novo já era, de certa forma, anunciado depois da vitória dos países aliados na Segunda Guerra. Na época, o próprio presidente Getúlio Vargas participou da condução da abertura. Não houve, a rigor, uma deposição presidencial, mas o seu afastamento acordado. Durante o ano de 1945, mesmo antes do fim derradeiro do regime, muitas manifestações ocorreram. Uma das principais foi o Primeiro Congresso de Escritores realizado em 22 de janeiro de 1945 no Teatro Municipal de São Paulo. Esse evento intelectual teve centralidade quanto ao momento, promovendo a união de grande parte dos escritores do país

que formalizaram, a partir dali, uma ampla frente contra o Estado Novo e a favor de uma legislação sobre os direitos autorais e a liberdade de expressão (LIMA, 2010).

O Primeiro Congresso de Escritores foi organizado pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE). De início, a Associação foi constituída com diferentes correntes políticas e ideológicas. Porém, com a ilegalidade do PCB em 1947 e o acirramento das lutas políticas no Brasil, tendo como o pano de fundo o cenário da Guerra Fria, a Associação sofreu um gradual processo de partidarização, tornando-se, assim, um canal de atuação política dos escritores ligados direta ou indiretamente aos comunistas.

Na educação comunista, além dos militantes e dos dirigentes do partido, a atuação dos intelectuais tornou-se central. Sua atuação foi fundamental para a produção de “[...] imagens, discursos, ideias” que pudessem ser disseminados “entre a população”. Essa disseminação se realizava, inclusive, em função de “seu prestígio social” (MOTTA, 2013, p. 29). A atuação dos intelectuais, especialmente no caso dos escritores de literatura, foi peça fundamental para a sobrevivência do partido na ilegalidade. A atuação desses intelectuais liga-se à noção mais ampla de intelectual na “mediação cultural” e no engajamento como “ator” portador de uma “consciência política” (SIRINELLI, 1996, p. 242-243). Desse modo, diferentemente do teor dos relatos de viagem dos militantes e dos dirigentes partidários que não eram escritores profissionais, os relatos redigidos por escritores tinham uma função específica: disseminar as ideias do socialismo a um público mais amplo, extrapolando, assim, as fileiras partidárias do PCB e a formação de militantes.

Além do acirramento das lutas políticas no Brasil em fins dos anos 1940 e o pano de fundo do cenário da Guerra Fria, como já colocado, vale destacar também, no campo da produção cultural e da literatura, a decisiva influência da corrente do realismo socialista, “[...] amplamente divulgado no mundo todo e [que] teve grande repercussão na América Latina e na literatura latino-americana”. Os escritores comunistas defendiam a ideia de que o “realismo era uma forma literária que podia reconstituir o homem em sua totalidade, tanto em sua interioridade como em suas relações sócio-históricas (LUKÁCS, 2011, p. 311; ARBEX, 2012, p. 18). No Brasil, já com a realização do Primeiro Congresso de Escritores, em 1945, a discussão sobre o papel do escritor de literatura associado às realidades sociais e históricas da América Latina foi apresentada e compreendida como uma diretriz.

Em 1948, um dos mais importantes intelectuais franceses no século XX, Jean Paul Sartre publicou a obra *Que é a literatura?* na qual fez a defesa do argumento de que o escritor necessitaria assumir a responsabilidade de suas escolhas temática, estilística e ideológica. Essa obra de Sartre “[...] inaugurou uma série de relevantes discussões e o papel do intelectual no pós-guerra”

(ARBEX, 2012, p. 55). Sobretudo, Sartre asseverou que o autor de livros de literatura deveria se dirigir a um público universal capaz de participar e de compreender sua obra. As considerações desse importante intelectual francês, na esteira de uma ligação que vinha se firmando entre parte considerável da intelectualidade europeia e latino-americana com os ideais socialistas e comunistas, procuravam demonstrar que a literatura poderia ser um instrumento de crítica dirigido à transformação social, o que o próprio Sartre denominaria de “literatura da práxis”:

Voltamo-nos para a classe operária, que poderia hoje, como sucedeu com a burguesia de 1780, constituir para o escritor um público revolucionário [...] O operário de 1947 tem uma cultura social e profissional, lê publicações técnicas, sindicais e políticas, tomou consciência de si mesmo, de sua posição no mundo e tem muito a nos ensinar; viveu todas as aventuras do nosso tempo, em Moscou, Budapeste, Munique, Madri, Stalingrado, na resistência clandestina; no momento em que descobrimos, na arte de escrever, a liberdade, com dois aspectos, a negatividade e a superação criadora, o operário procura libertar-se e ao mesmo tempo libertar todos os homens, para sempre, da opressão [...] ele é o tema por excelência de uma literatura da práxis (SARTRE, 2004, p. 185).

Para Arbex (2012, p. 56), a partir da obra *Que é a literatura?*, Jean Paul Sartre, como intelectual, afirmou uma concepção de literatura que “[...] deveria ter uma função social. O escritor de literatura deveria assumir o seu engajamento atuando como um esclarecedor da realidade”. Desse modo, é possível compreender os relatos de viagem à URSS, redigidos por escritores de literatura, como um exemplo, uma materialização dessa estética literária, de um pressuposto que se constituiu no cenário do pós-guerra a partir de 1945.

Uma característica importante e que foi comum aos relatos de viagem à URSS de autoria de escritores de literatura foi o “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 2014). Ou seja, a manifestação do engajamento pessoal do autor por meio de uma construção textual que visava estabelecer uma relação de reciprocidade e confiança com os potenciais leitores. Quando se trata de literatura, pode-se afirmar que o pacto autobiográfico se baseia na identidade entre autor, narrador e personagem. Para o caso dos relatos de escritores brasileiros que estiveram na URSS esse marcador do “pacto autobiográfico” aparece no início das obras, assinaladas com o nome próprio:

b) Pacto autobiográfico: é o caso mais comum (pois, com muita frequência, ainda que não figure no início do livro de maneira solene, o pacto aparece disperso e repetido ao longo do texto). Exemplo: *Les confessions* [As confissões], de Jean-Jacques Rousseau. O pacto está presente desde o título, é desenvolvido no preâmbulo e confirmado ao longo do texto, pelo emprego de “Rousseau” e “Jean-Jacques” (LEJEUNE, 2014, p. 37).

Sotana (2006, p. 173-174) se debruçou sobre o marcador autobiográfico associando-o à noção de “objetividade pretendida”, que, por sua vez, manteria relação com a potencial “recepção dos relatos” no Brasil. Os escritores viajantes teriam se empenhado, então, em publicar seus relatos como uma espécie de “prova de que efetivamente estiveram em terras soviéticas”. Assim, o teor autobiográfico, marcado por uma assinatura, ou por uma relação de identidade entre narrador e autor compreenderia, para Sotana (2006), o reforço na ideia de que os autores estiveram mesmo na URSS e viram o que ocorria por lá.

A ênfase no testemunho pessoal, reiterada na escrita desses relatos e analisada por Sotana (2006), a exemplo do livro de Jorge Amado, *O Mundo da Paz* (1951), dentre outros, seria, para esse pesquisador, indicativo do modo pelo qual os escritores criaram contrapontos às notícias veiculadas pela imprensa brasileira naquela altura majoritariamente anticomunista. Desse modo, os relatos dos viajantes comunistas, em especial os escritores, desejariam, então, restabelecer “a verdade”, pois “falsas [seriam as] invenções que imperavam nos discursos sobre a União Soviética” (SOTANA, 2006, p. 174).

Não desconsiderando o que é sustentado no entendimento de Sotana (2006), é possível acrescentar, quando se traz o tema dos relatos de viagem à URSS para um debate acerca das práticas educativas de comunistas na clandestinidade, que o “pacto autobiográfico”, que se faz presente nesses relatos, possui outras características. A dimensão propriamente narrativa e autobiográfica (radicalizada nos relatos de viagem à URSS, do ponto de vista da produção literária), guarda relação com a influência que teve a ideia de um novo papel que deveria assumir o escritor de literatura no pós-guerra.

A literatura, em especial, ganhou destaque no pós-guerra e os escritores um papel a ser desempenhado. Stalin, por exemplo, costumava chamar escritores de “engenheiros de almas” (ARBEX, 2012 p.15-16). Caberia aos escritores “perscrutar os anseios, sonhos e expectativas dos trabalhadores [...]”. Ou seja, os escritores deveriam se tornar o “testemunho verídico da consciência histórica de seu tempo e também inspirar transformações sociais” (ARBEX, 2012, p. 16), o que está além da “[...] necessidade de reiterar a afirmação de confiabilidade no narrador” ou uma “verdadeira descrição do observado” (SOTANA, 2006, p. 174). Se havia essa necessidade de reiterar a “confiabilidade”, também as dimensões ligadas ao engajamento político necessitam ser consideradas. Mais do que isso, a ideia de que a literatura detinha uma função social ligada à transformação, uma literatura orientada à práxis, como um instrumento de educação, portanto.

Notas sobre *As muralhas de Jericó*, de Josué Guimarães: testemunho, “regimes de clandestinidade” e “pacto autobiográfico”

Os relatos de viagem à URSS de autoria de escritores de literatura, como demonstrado, possuem diferenças significativas em relação aos relatos de militantes e demais lideranças do PCB. A esses relatos, adiciona-se o seu potencial de disseminar os valores da cultura política comunista quando se considera, sobretudo, o prestígio social dos escritores, além, portanto, dos contornos que sintetizam os relatos de militantes do partido. Tendo em vista o cenário da Guerra Fria no âmbito internacional e a ilegalidade do PCB no plano interno, os relatos de viagem assumiram esse caráter literário-intelectual sob os pressupostos de uma “literatura da práxis” (SARTRE, 2004, p. 185). Desse modo, a literatura se tornou um canal de atuação política a despeito da ilegalidade do partido. Não tendo um canal mais oficial, politicamente falando, a educação, através da literatura, tornava-se um meio de atuação que, tendo em vista a ilegalidade do PCB, também esteve relacionado a “regimes de clandestinidade” (SEFFNER, 2019; SILVEIRA; ALMEIDA, 2021, p. 15) ligados às trajetórias individuais dos autores que redigiram esses relatos:

Um regime de clandestinidade pode indicar coisas e práticas que permanecem ocultas, que não são feitas em público, mas que não são exatamente coibidas, apenas não podem se expressar na frente de todos. [...] há palavras, gestos, coisas, práticas, declarações, modos de ser, opiniões, condutas, imagens, livros, cartilhas, que não podem ser mostrados ou feitos em certos lugares, mas podem ser feitos ou vistos em outros. Não podem ser feitos frente a certos grupos de pessoas, mas podem ser feitos frente a outros grupos (SEFFNER, 2019, p. 38).

E o que não se poderia expressar no caso de Josué Guimarães? Primeiramente torna-se necessário destacar que o seu protagonismo nessa época, nos anos 1950, não é o do escritor consagrado e reconhecido dos anos 1970 e 1980. Antes do reconhecimento como romancista, sua trajetória pgressa relacionou-se ao campo intelectual e a uma atuação profissional como jornalista. Embora seja possível dizer que toda sua vida esteve marcada pela política, seja na atuação propriamente partidária no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) nos anos 1950, seja como um intelectual que demonstrou sua adesão ao comunismo, ou mesmo como um escritor que preferiu escrever sobre questões políticas e sociais de seu tempo, incluindo os romances, a referência de sua trajetória, tratada nesta reflexão, é a dos anos 1940-1950. Um momento de sua vida no qual foi jornalista, cronista, escritor e político trabalhista. Líder do PTB em Porto Alegre exercendo o mandato de vereador entre 1951 e 1955.

O cruzamento de atuações, em sua trajetória individual, configurou as circunstâncias de sua atuação política (e educativa, quando considerado o papel dos intelectuais na cultura política comunista). O que a Josué foi “permitido” dizer em determinados espaços, não o foi em outros. O teor do relato de sua viagem à URSS criou polêmicas no seu partido. Josué não pôde, na ocasião, se expressar como um político trabalhista, embora como escritor e jornalista pudesse fazê-lo.

Por outro lado, a literatura como práxis, associada a processos educativos, necessitava integrar tanto os que ensinavam quanto os potenciais alunos, ou seja, aqueles que aprendiam. Os escritores eram disseminadores da cultura política comunista, dos valores de uma nova sociedade, como já colocado. Podem ser entendidos como “professores”. Isso não deixou de ocorrer também com os relatos de Graciliano Ramos e Jorge Amado, dois livros analisados no trabalho de pesquisa de Edvaldo Sotana (2006), embora não tenha sido esse seu foco de investigação.

Ainda que menos conhecido do que Graciliano Ramos e Jorge Amado no início dos anos 1950, Josué Guimarães, atuando como jornalista, também esteve na URSS. Sua viagem se realizou sob o pretexto de cobrir uma conferência de comércio na China, a partir de sua atuação profissional no jornal *Última Hora* em 1952. A proposta era que Josué escrevesse semanalmente para esse periódico, narrando acerca do que encontrara no mundo socialista. Contudo, o teor mais expressivo das notícias daquele lado do mundo não foi publicado no referido jornal. Suas memórias de viagem ficaram reservadas a um relato em formato de livro. Josué planejava publicá-lo. Seu relato foi censurado por algumas das principais lideranças do PTB. O livro, que recebeu o título de *As muralhas de Jericó* veio a lume apenas em 2001, postumamente, (Josué faleceu no ano de 1986) embora o manuscrito estivesse pronto desde 1952.

O “pacto biográfico” (LEJEUNE, 2014), no caso do relato de Josué Guimarães, teve relação tanto com o reconhecimento de si como um dos sujeitos de uma “literatura da práxis” (SARTRE, 2004), quanto foi uma espécie de consequência de um regime de clandestinidade (SEFFNER, 2019, p. 38) ao qual esteve submetido. Embora não fosse cerceado na atuação como intelectual, como escritor, ou seja, não estivesse proibido de se posicionar sobre, por exemplo, o socialismo, não poderia fazê-lo a partir de sua atuação político-partidária. Quando buscou dizer, no e para o partido, aquilo que estaria mais associado com sua atuação como escritor e jornalista, foi cerceado por um outro líder trabalhista em ascensão na época: Leonel Brizola (ALMEIDA, 2018; 2020).

As muralhas de Jericó, assim como outros relatos de viagem produzidos de forma mais ou menos concomitante no início da década de 1950, iniciava-se com uma “nota” que funcionou como um “aviso”:

O autor desse livro nunca andou só, entretanto achou melhor expurgar as ideias e comentários dos companheiros de viagem, para não transmitir, aos leitores, uma impressão de que estivesse apenas a fazer turismo. Éramos um grupo de brasileiros convidados para participar da Conferência Internacional de Moscou em abril de 1952. É bom que diga isso como introito, para evidenciar que tudo aquilo que digo, nestas páginas, teve sempre alguém de testemunha [...].
J.G. (GUIMARÃES, 2001 [1952] p. 28)

A ênfase na dimensão do testemunho compreende, no caso de *As muralhas de Jericó*, toda a estruturação da narrativa que, estrategicamente modulada, se associou aos propósitos da cultura política comunista de crítica às relações capitalistas, ao imperialismo, dentre outros aspectos, tendo por base o internacionalismo político que se fundava em uma visão positiva da URSS como um modelo revolucionário a ser seguido por outros países.

O procedimento da “transcrição literal das informações” configurou-se como exemplo de ênfase no testemunho pessoal. Sotana (2006) assevera que Jorge Amado, por exemplo, em *O Mundo da Paz*, informou que redigira o seu livro pensando no povo brasileiro, sobre o qual a “imprensa reacionária e vendida ao imperialismo ianque vomita, cotidianamente, infâmias e calúnias sobre a URSS e as democracias populares” (AMADO, 1951 apud. SOTANA, 2006, p. 174). Essa crítica à grande imprensa brasileira também se fez presente em *As muralhas de Jericó*, de Josué Guimarães, associando-se à ênfase do testemunho. Assim, a transcrição de diálogos não deixaria de funcionar como um meio de se aproximar dessa ideia:

Cada partido defende os seus pontos de vista programáticos por meio de seus jornais. O *RudéPravo* é o órgão do Partido Comunista. O Partido Democrata Cristão edita o *LidováDemokracie*. Todos eles lutam abertamente e não contam com a censura prévia para o seu material publicitário, apenas se responsabilizando pelos conceitos emitidos. E aí surge a questão da liberdade de imprensa, tão comentada sempre. Um jornalista tcheco perguntou certa vez:

- Você não acha que a liberdade está sempre entre conceitos? Ou no Brasil há liberdade de imprensa que não esteja condicionada aos interesses do jornal, do diretor, do grupo capitalista que o dirige? (GUIMARÃES, 2001 [1952], p. 60-61).

Se por um lado seria possível concordar com Sotana (2006) sobre o estabelecimento de contrapontos desses escritores às informações veiculadas à imprensa, torna-se necessário, ao menos no caso do relato de Josué Guimarães, explicitar de que maneiras essa narrativa crítica foi construída sob a inspiração de uma memória que foi, também, de ordem criativa. A ênfase na dimensão de testemunho ganhou alguns contornos específicos na narrativa de Josué Guimarães. Esses contornos, como estratégias perspicazes de escrita, buscavam aproximar um público-leitor

ampliado, umas das diretrizes de uma literatura produzida e voltada à reflexão e a ação, à práxis, afinal.

Um elemento significativo dessas estratégias, por exemplo, foi a referência bíblica que permitiu ao escritor Josué Guimarães entrelaçar-se de modo criativo à narrativa de sua viagem utilizando dimensões de ordem religiosa para mobilizar e influenciar seus potenciais leitores. Associando-se às viagens bíblicas, pretendeu aguçar nos leitores a curiosidade e o desejo pela aventura. Josué Guimarães foi também o profeta Josué, da cidade murada de Jericó, conforme o que narra a Bíblia. Toda a estruturação da narrativa de sua viagem, que inicia e termina em um avião, foi profundamente marcada por essa narrativa psicológica, talvez mais próxima da ficção e do romance, ainda que tratando acontecimentos que presenciou e de diálogos nos quais foi interlocutor ou ouvinte.

Já na “Apresentação” de *As muralhas de Jericó*, Josué Guimarães expunha alguns dos “motivos” da produção de seu relato de viagem:

Este livro não tem a pretensão de derrubar as muralhas que separam, praticamente, o Ocidente do Oriente, fazendo deste mundo um só. Para tanto faltam engenho e arte. Porém, se não tiver a força e a magia das trombetas do Profeta, se não for capaz de destruir as muralhas simbólicas que hoje têm o nome de “Cortina de Ferro” que pelo menos sirva para tirar deste muro de indiferença uma única pedra. Só isso justificaria a veleidade de publicá-lo. Pois a fresta assim aberta daria para que duas mãos se apertassem, fraternalmente, iniciando uma era de compreensão e boa vontade, únicos sentimentos que ainda poderão devolver a Paz aos homens (GUIMARÃES, 2001 [1952], p. 19).

Autor (Josué Guimarães) e personagem (Josué), em todo o livro, entrelaçam-se. Josué Guimarães se compara ao profeta bíblico e as epígrafes referentes a cada um dos capítulos serviram para reiterar e demonstrar essa referência. A metáfora parece também ter servido a Josué como uma estratégia para aproximação dos potenciais leitores brasileiros. Com o intuito de, no mínimo, provocar uma curiosidade, a metáfora religiosa foi combinada ao relato de viagem à URSS. Seu livro de memórias já tinha destinatários: os leitores brasileiros, naquela altura fortemente marcados por um discurso anticomunista que não foi somente disseminado pela imprensa, mas também pela Igreja Católica.

O “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 2014), não aparece só na nota da introdução de seu relato, mas na própria metáfora com a qual ele trabalha, com a estética literária da época que precisava considerar quem, afinal, seria o público-leitor do relato de viagem. O profeta Josué bíblico como metáfora para o autor Josué Guimarães tornou-se um modo de estabelecer o testemunho. Seu empenho em trabalhar com a narrativa através da metáfora, estruturante em seu

relato, é, portanto, revelador da força de sua adesão aos pressupostos de uma literatura voltada à práxis social, premissa igualmente importante de uma educação política realizada na clandestinidade. Seu papel de escritor se constituía “[...] como vetor capaz de disseminar os valores da nova sociedade” (MOTTA, 2013, p. 22). Foi, enfim, uma maneira pela qual sua literatura pôde se mostrar testemunho de consciência histórica voltada à práxis, contando com os exemplos então considerados como positivos no socialismo soviético antes, portanto, da divulgação dos crimes do stalinismo.

Por outro lado, a dimensão propriamente autobiográfica de *As muralhas de Jericó*, revela a centralidade da literatura como meio de educação política dirigida aos comunistas, na medida em que outros canais, como o canal partidário por exemplo, estavam interditados. Na trajetória de Josué Guimarães isso também se mostrou. Tendo sido eleito vereador em Porto Alegre no pleito de 1951, e sendo o mais votado, assumiu como liderança do PTB na Câmara Municipal de Porto Alegre. Esse cenário, do início dos anos 1950, caracterizou-se como um momento importante na conformação das lideranças do trabalhismo no plano estadual, no Rio Grande do Sul e no plano nacional. Outros nomes mais conhecidos, como Leonel Brizola e João Goulart, que tiveram destacada atuação posterior, também buscavam, no início dos anos 1950, se inserir como lideranças no partido (ALMEIDA, 2007; 2018; 2020).

Depois de seu retorno, primeiramente, tentou emplacar a ideia de proferir conferências no PTB acerca do que havia testemunhado durante sua visita à URSS. Entre 1953 e 1954, especialmente, Josué Guimarães tentaria realizar essas conferências. As tentativas resultariam em um mal-estar no partido e na sua destituição da liderança do PTB da capital.

Josué se retirou definitivamente da sigla trabalhista em 1954, pouco tempo antes de concluir seu mandato de vereador (ALMEIDA, 2018; 2020). O seu afastamento somente seria melhor esclarecido na década de 1980, em entrevistas que concedeu quando já amplamente reconhecido como um romancista (GUIMARÃES, 2006; RIO GRANDE DO SUL, 1988). Nessas entrevistas, além da revelação de que sua destituição da liderança do PTB em Porto Alegre havia se dado sob as ordens de Leonel Brizola, Josué Guimarães refletiria sobre a sua carreira partidária, considerada por ele mesmo apenas como “episódica”. Foi somente com a literatura que Josué teria conseguido manifestar, mais efetivamente, aquilo que desejava, que queria, afinal, dizer. Entre os anos 1970 e 1980, já contando com mais de duas décadas de experiência no jornalismo, Josué escreveu uma série de romances cujo pano de fundo foi, como nem poderia deixar de ser, a denúncia de contextos sociais e políticos, principalmente do autoritarismo e da ausência de liberdades. A “temática latino-americana” (GUIMARÃES, 2006)

com a qual afirmou ter profunda identificação a despeito das influências que sofreu de outros escritores.

Considerações finais

Nos primeiros anos da Guerra Fria, especialmente na primeira metade da década de 1950, houve um intenso trabalho de planejamento e organização de uma rede de educação clandestina em escolas preparatórias de quadros revolucionários na URSS. Ao mesmo tempo, depois da vitória dos países aliados na Segunda Guerra, com o auxílio determinante da URSS, o socialismo soviético voltou a despertar interesse mundial. Entre fins dos anos 1940 e início dos 1950, intelectuais ao redor do mundo voltam-se à URSS. Jean Paul Sartre, por exemplo, elaborou um conjunto de pressupostos que passaria a embasar uma literatura mais voltada às discussões sobre o social e o político, uma “literatura da práxis” como foi denominada. No Brasil, especificamente, a recepção desses novos pressupostos foi materializada na realização do Primeiro Congresso de Escritores, em janeiro de 1945, que reuniu uma ampla frente de intelectuais, entre artistas e escritores, contra o regime do Estado Novo.

Tendo em vista a ilegalidade do PCB, fomentou-se a utilização de outros canais para uma atuação política clandestina. A escrita de relatos de viagem à URSS tornou-se, assim, um instrumento de educação para os comunistas que atuavam na clandestinidade. Uma educação voltada para a militância política, sobretudo. Já os relatos de viagem de autoria de escritores de literatura, serviram à possibilidade de disseminação dos valores e pressupostos da cultura política comunista a um público ainda mais ampliado. Os relatos de escritores integraram o conjunto maior de uma produção literária que se voltava para as realidades sociais e políticas objetivando a transformação social mais radical que se associava ao modelo soviético anterior à publicação dos crimes do stalinismo, no ano de 1956.

Em relação à assinatura desses relatos, no caso dos escritores de literatura, ou seja, no que diz respeito à dimensão propriamente autobiográfica desses relatos de viagem, as noções associadas ao “pacto autobiográfico” demonstram, principalmente, a função que o escritor de literatura deveria assumir sob os pressupostos de uma produção literária voltada para a práxis, a partir, portanto, da ideia de tornar-se um testemunho da consciência história de sua própria época. Não estava, então, apenas circunscrito a estabelecer contraponto às notícias veiculadas na imprensa brasileira majoritariamente anticomunista. Nos processos educativos associados à práxis social, há a necessidade de se posicionar como sujeito frente aos contextos de maneira bastante

clara. Foi esse, afinal, o papel assumido pelos escritores que aderiram aos princípios de uma práxis a partir da literatura.

Referências Bibliográficas

ARBEX, Luciana Bueno Marta. **Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria**: agenda cultural, revistas e engajamento comunista. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002322183> Acesso em: 10 jul. 2023.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Dimensões da narrativa como testemunho: educação e clandestinidade no relato de viagem *As muralhas de Jericó*, de Josué Guimarães (1952). In: SILVEIRA, Éder da Silva; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; PEREIRA, Marcos Villela (Orgs). **Educação Clandestina**: dimensões conceituais e novas interlocuções. Curitiba: Editora CRV, 2021, p. 83-102.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Entre o engajamento intelectual e a educação clandestina: dimensões da cultura política comunista na atuação de Josué Guimarães, Anos 1940/50. In: **Anais da XIII Reunião Científica da Anped-Sul**. Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC, 2020. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/19/6339-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf Acesso em: 11 jul. 2023.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. **Jango e Brizola**: tão perto e tão longe (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História/Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, 2007.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Josué Guimarães no PTB do Rio Grande do Sul: jornalismo, literatura e política (1951-1954). **Caderno de Resumos do XIV Encontro Estadual de História/ANPUH-RS**. São Leopoldo, Oikos, 2018, p. 217. Disponível em: http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=429 Acesso em: 22 jul. 2023.

ALVES, Juliana Martins. Trabalho e trabalhadores no segundo governo Vargas: as greve como um “antidireito”. **História**, São Paulo, n. 172, p. 367-396, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/hq9pTLjVmsg6XwPNEQwSpBJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 jun. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

CORRÊA, Hércules. **Memórias de um stalinista**. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/386878/mod_resource/content/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Mudan%C3%A7a%20Paulo%20Freire.pdf Acesso em: 21 jul. 2023.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & sociedade**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GUIMARÃES, Josué. **As muralhas de Jericó**. China e União Soviética nos anos 50. Porto Alegre: L&PM, 2001

GUIMARÃES, Josué. **Escrever é um ato de amor** [coletânea de entrevistas]. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2006.

LACERDA FILHO, Mozart. **A experiência da clandestinidade política**: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979). 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista em Franca, Franca/SP, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103093> Acesso em: 20 jul. 2023.

LAZITCH, Branko. Les Écoles de Cadres du Comintern: contribution à leur histoire. In: FREYMOND, J. (dir). **Contributions a l'histoire du Comintern**. Publications de l'institut universitaire de Hautes Études Internationales, n. 45, Genève: Librairie Droz, 1965, p. 233-257.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. De Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

LIMA, Felipe Victor. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores**: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945). Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02082010-194935/pt-br.php> Acesso em: 25 jul. 2023.

LUKÁCS, Gyorgy. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. (Orgs.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013, p. 15-38.

OLIVEIRA, Amanda Assis de; SILVEIRA, Éder da Silva. Educação e clandestinidade: memória de comunistas brasileiros na União Soviética (1953-1955). **Temporalidades**. Revista discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, v. 9, n. 2, Belo Horizonte, 2017, p.12-31. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5909> Acesso em: 25 jul. 2023.

PERALVA, Osvaldo. **O retrato**. Impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

RIO GRANDE DO SUL, Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. Instituto Estadual do Livro. **Josué Guimarães**. Porto Alegre: IEL, 1988.

ROUSSET, Pierre. Internacionalismo y renovación en la hora de la mundialización. **VientoSur**, n. 100, p. 203-212, Enero, 2009.

TÓRRES, Raquel Mundin. **Transpondo a Cortina de Ferro**: relatos de viagem de brasileiros à União Soviética na Guerra Fria (1951-1963). Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30042019-130741/pt-br.php> Acesso em: 27 jul. 2023.

SARTRE, Jean Paul. **Que é a literatura?** 3.ed. São Paulo: Ática, 2004.

SEFFNER, Fernando. Não há dois sem três!: regimes de clandestinidade e processos educativos. In: SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, Cheron Zanini; PEREIRA, Marcos Villela. **Educação Clandestina**: educação e clandestinidade. Vol. 1. Porto Alegre: Edipucrs, 2019, p. 37-56.

SILVEIRA, Éder da Silva. **Por que ele?** Educação, traição e dissidência comunista na trajetória de Manoel Jover Teles, o “Manolo”. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

SILVEIRA, Éder da Silva; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Educação Clandestina: a proposição de um conceito. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37. p. 1-20, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/bF95Nz3shvY7hy6nPqcHdjb/#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20clandestinidade%20foi%20o,na%20ou%20para%20a%20clandestinidade>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SILVEIRA, Éder da Silva; MORETTI, CheronZanini. Memórias de uma educação clandestina: comunistas brasileiros e escolas políticas na União Soviética na década de 1950. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 193-208, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/9yvCpZtjVvz7wMpCQfggQyk/abstract/?lang=pt> Acesso em: 30 jul. 2023.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996, p.231-270.

SOTANA, Edvaldo Correa. **Relatos de viagens à URSS em tempos de Guerra Fria**: uma prática de militantes comunistas brasileiros. Curitiba: Aos quatro ventos, 2006.

Notas:

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com pós-doutorado em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor permanente do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: diegodalbosco@unochapeco.edu.br / <https://orcid.org/0000-0001-5715-3591>